

***Ata da 90ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 16 de setembro de 2015.***

Presidência do Senhor Deputado Roberto Carlos, ad hoc. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto e Zé Raimundo (59). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão e, em seguida, atendendo a um requerimento legalmente assinado, nos termos do inciso II do Art. 92 do Regimento Interno, convocou uma Sessão Extraordinária com início dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar os Projetos de Lei nº 21.469/2015 e nº 21.434/2015. PEQUENO EXPEDIENTE – Expediente despachado pela presidência: ofício do Deputado José de Arimatéia justificando ausências em sessões plenárias. Oradores inscritos – A Deputada Luiza Maia comentou notícias veiculadas na imprensa sobre o suposto envolvimento do Sr. Alexandre Pauperio, Secretário de Gestão da Prefeitura de Salvador, com desvios de dinheiro, argumentando que o fato não teve a devida cobertura da mídia por não se tratar de integrante do PT, tempo em que cobrou explicações do Prefeito ACM Neto. O Deputado José de Arimatéia convidou todos para, no dia 21 de setembro, participar do Seminário sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, organizado pelo Deputado Federal Márcio Marinho, com a participação do Ministério dos Esportes. Informou que participará de uma audiência com o Sr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Aneel, com a presença de diversas autoridades, para que sejam explicados os aumentos de energia e o significado das bandeiras usadas para a sinalização do consumo. O Deputado Luciano Ribeiro externou preocupação com a forma de tratamento dispensada aos municípios baianos pelo Governo do Estado e citou as ações de governo, no âmbito do custeio, que criam dificuldades para todos os municípios baianos. O Deputado Rosemberg Pinto, contrapondo a fala do Deputado Luciano Ribeiro, disse que o Governador já visitou diversos municípios baianos. Explicitou as alterações nas alíquotas da gasolina, propostas no Projeto

de Lei nº 21.469/2015, alertando que não haverá perdas para as prefeituras em face destes ajustes. O Deputado Pablo Barrozo questionou o fato de a maioria das matérias oriundas do Poder Executivo ser apreciada em regime de urgência, vez que impossibilita uma análise política mais detalhada. Finalizou criticando as ações meramente arrecadatórias do Governador Rui Costa. O Deputado Hildécio Meireles falou sobre a perda dos municípios na participação no fundo de arrecadação do ICMS. Lembrou as bases arrecadatórias do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e disse que a majoração em 2% só poderá incidir sobre produtos supérfluos, citando alguns exemplos. Lamentou que a Lei nº 7014/96 possibilite que no Estado sejam taxados como supérfluos o óleo diesel e o álcool etílico, com intenção de incluir a gasolina, produtos que considera essenciais, com impacto direto na inflação. O Deputado Pastor Sargento Isidório noticiou a comemoração dos 85 anos de existência da Assembleia de Deus na Bahia, no Estádio de Pituaçu, que contará com a provável presença do Governador Rui Costa, do Prefeito ACM Neto, além dos fiéis das quase 800 Igrejas de Salvador. O Deputado Joseildo Ramos falou que está tramitando no Supremo Tribunal Federal a proposta que põe fim ao financiamento privado de campanha, “o último recurso para a extinção desta modalidade de financiamento perniciosa”. Lembrou que o Congresso Nacional aprovou, de forma camuflada, a continuação da intervenção privada nas campanhas. Por fim, questionou a representatividade do Parlamento Brasileiro, que se encontra com vários membros indiciados nas investigações sobre corrupção. GRANDE EXPEDIENTE – O Deputado Zé Neto falou sobre os tópicos polêmicos do Projeto de Lei nº 21.469/2015. Lembrou que foram travados exaustivos debates para sanar dúvidas e promover ajustes no projeto. Fez um relato da origem do Fundo de Combate à Pobreza, com a participação do falecido Senador Antônio Carlos Magalhães, citando as modificações ao longo da vigência da Lei. Reconheceu que foi um erro da Bancada de Governo reestruturar a Lei 7.014/96 suprimindo a alíquota de 2% e esclareceu que a matéria em discussão visa retificar o equívoco cometido. Afirmou que não haverá perdas para os municípios e que serão aportados recursos “valiosos” para a manutenção das ações de combate à pobreza, entretanto, alertou de que não há possibilidade de não haver desconto do Fundo de Participação dos Municípios. O orador foi aparteado pelos Deputados Hildécio Meireles, Luciano Ribeiro, Sandro Régis e Alex Lima. Horário do PP/PSL/PSB – O Deputado Paulo Rangel, falando do PL nº 21.469/2015, disse que a matéria é polêmica e confusa. Considerou que os municípios não terão prejuízos contundentes, afirmando, por outro lado, que não está convencido da eficácia da Lei e que a Base do Governo está constrangida com a votação da matéria. Encerrou dizendo que, embora impopular, é favorável à criação da CPMF. O orador foi aparteado pelo Deputado Joseildo Ramos. Horário do PSDB/PRB/PSC – O Deputado Soldado Prisco, falando sobre a violência na Cidade do Salvador, relatou episódios ocorridos envolvendo vítimas fatais. Lamentou as condições de trabalho das Polícias Civil e Militar, sem a devida atenção das autoridades competentes, e comentou o cenário de precarização das instalações no interior do Estado. Encerrou comentando a quebra do acordo firmado entre a PM e o Governo do

Estado e a falta de diálogo entre a Secretaria de Segurança e os dirigentes das organizações de policiais do Estado. O orador foi aparteado pelos Deputados Sildevan Nóbrega e Fabíola Mansur. O Deputado Pedro Tavares posicionou-se contra o Projeto de Lei nº 21.469/2015, alegando que os municípios sofrerão prejuízos. Encerrou conclamando os parlamentares a votarem contra o projeto em tramitação. Horário do PDT/PCdoB – O Deputado Joseildo Ramos disse que, em face da conjuntura nacional, a presente discussão sobre o ICMS é difícil. Lembrou a evolução dos tributos e as repartições federativas no Brasil. Defendeu a aprovação do Projeto de Lei 21.469/2015, dizendo que o incremento de 2% é um adicional com destinação específica para o Fundo de Combate à Pobreza. Encerrou dizendo que a discussão em torno da proposta poderá trazer prejuízos incalculáveis aos baianos que moram nos rincões do Estado. Horário do PMDB – O Deputado Sandro Régis argumentou que os municípios perderão receitas importantes se o Projeto de Lei nº 21.469/2015 for aprovado da forma como foi apresentado pelo Governo do Estado. Encerrou cobrando coerência dos parlamentares, votando contra o referido projeto. O Deputado Luciano Ribeiro, falando das discussões sobre o Projeto de Lei nº 21.469/2015, disse que a parte discordante é a perda imposta aos municípios, sobretudo na questão relativa ao ICMS da gasolina. Solicitou aos parlamentares que votem contra o projeto em lide. Horário do PTN/PROS/PRP – O Deputado Rosemberg Pinto, comentando o Projeto de Lei nº 21.469/2015, disse que reconhece o impacto negativo nas finanças dos municípios. Reconheceu falha na redação do projeto de reestruturação das alíquotas do ICMS, quando foi retirado o percentual de 2%, e que agora está sendo consertado. Informou que o prejuízo aos municípios será compensado com a regulamentação da cobrança do ICMS das transações eletrônicas no Estado. Finalizou dizendo que a contrapartida dos programas federais é aportada pelo Estado e não pelos municípios, o que justifica a aprovação do projeto. O orador foi aparteado pelo Deputado Luciano Ribeiro. Horário do PSD – O Deputado Zé Raimundo, falando da regulamentação e reformulação do ICMS, disse ser importante a proposição de leis eficazes por parte dos Deputados. Informou que é autor do Projeto de Lei 21.172/2015, que visa proteger consumidores dos serviços de seguradoras de automóveis. Finalizou explicando os objetivos da criação dos diversos fundos estaduais e federais. Submetida ao Plenário foi aprovada, por unanimidade, a prorrogação da Sessão por 600 minutos. Horário do DEM/PV – O Deputado Augusto Castro afirmou que a Bancada de Oposição não é contrária ao Fundo de Combate à Pobreza. Alertou de que todos os ajustes propostos pelo Governador Rui Costa atingem diretamente os municípios. Encerrou dizendo que a desoneração ou a reformulação de tributos não pode atingir os municípios do Estado. O Deputado Carlos Geilson disse ser contrário à aprovação do PL nº 21.469/2015 por se tratar de matéria lesiva aos municípios baianos. O orador foi aparteado pelo Deputado Adolfo Viana. Horário do PT – O Deputado Alex Lima externou opinião favorável ao PL nº 21.469/2015, embora concorde parcialmente com a Bancada de Oposição. Encerrou dizendo que o projeto em debate é melhor que a inércia propositiva. ORDEM DO DIA – Em discussão única e votação, foram aprovados,

por unanimidade, os Projetos de Lei de nº: 21.469/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996”; a matéria recebeu parecer, pelas Comissões conjuntas, do Deputado Euclides Fernandes, que se posicionou favorável com a introdução das emendas de relator e foi discutida pelo Deputado Luciano Simões Filho; e 21.434/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Disciplina a participação do Estado da Bahia nos consórcios interfederativos de saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005”; a matéria foi relatada na Sessão do dia anterior pela Deputada Fabíola Mansur. O Sr. Presidente suspendeu a Sessão por 10 minutos. Submetido à 2ª discussão e votação, foi aprovado em segundo turno, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 21.403/2015, de autoria do Tribunal de Justiça da Bahia, que “Altera a redação do inciso XVI do art. 130, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007; e acrescenta o inciso XX e os artigos 130-A e 130-B, versando sobre a criação da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa, à lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, e dá outras providências”. Submetidos à 1ª discussão e votação, foram aprovados em primeiro turno, por unanimidade, os Projetos de Lei nº: 21.124/2015, de autoria da Deputada Neusa Cadore, relatado pelo Deputado Joseildo Ramos, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento a Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que indica”; e 19.518/2011, de autoria do Deputado Joseildo Ramos, relatado pelo Deputado Adolfo Menezes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos revendedores de combustíveis, em local de fácil acesso ao consumidor, de placa com informação do percentual da diferença de preço do litro do etanol em relação ao litro da gasolina, e dá outras providências”. O Deputado Luciano Ribeiro pediu vistas ao Projeto de Lei nº 21.118/2015, de autoria do Deputado Eduardo Salles, que foi relatado pelo Deputado Paulo Rangel, o qual “Regulamenta a Vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado da Bahia, institui medidas de proteção e combate aos maus tratos com os animais durante o evento, e dá outras providências”. Submetidos à discussão única e votação, foram aprovados os Projetos de Resolução de nº: 2.373/2015, de autoria do Deputado Ângelo Coronel, relatado pelo Deputado Joseildo Ramos, que “Concede o Título de Cidadão Baiano ao Exmo. Sr. Francisco Etelvir Dantas”, com 39 votos Sim e 01 voto Não; e 2.376/2015, de autoria do Deputado Nelson Leal, relatado pelo Deputado Vítor Bonfim, que “Concede a Comenda Dois de Julho a Nestor Duarte Guimarães Neto”, com 36 votos Sim e 03 votos Não. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o Sr Presidente declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Marcelino Galo, Maria del Carmen, Targino Machado e Zó (04).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO –